

Serviço Social e Direito a Educação Básica no Brasil: uma análise de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa

*Marli Irias**

*Douglas Franco Bortone***

Resumo

O presente artigo analisa as produções acadêmicas realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), disponíveis na plataforma Locus/UFV e que datam período de 2018-2022. Objetiva-se ao final do estudo verificar como as linhas de pesquisa do referido programa têm-se interessado em analisar a inserção de assistentes sociais na rede pública de ensino e/ou como estes profissionais têm atuado na oferta de uma educação básica de qualidade. Para atender ao objetivo traçado, é feita uma análise exploratória e descritiva das dissertações e teses selecionadas. A fim de embasar e orientar a análise e discussão dos resultados, as produções de Minayo (2010), Iamamoto (2010), Piana (2009a), Piana(2009b), além do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/90), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96) e da Lei nº 13.935/2019, que trata sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (com Área de Concentração em Política Social), Mestre e Bacharel em Economia Doméstica (Universidade Federal de Viçosa); Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Franca (UNIFRAN) – Viçosa, Minas Gerais, Brasil – marli.irias@ufv.br

** Professor do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Governador Ozanam Coelho (UNIFAGOC). Doutorando em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). E-mail: douglas.bortone@gmail.com

nas escolas da rede pública de educação básica, entre outros estudos, foram de fundamental relevância. Os dados revelaram que as produções no âmbito do programa analisado não são profícuas na relação Serviço Social e Educação Básica, apesar de ser o primeiro departamento instituído na UFV, desde 2017. A pouca conexão que estes estudos possuem com Serviço Social limita-se a alguns apontamentos relacionados a implementação de políticas públicas a fim de combater, talvez amenizar a desigualdade sociocultural e econômica, que tanto impacta o desempenho escolar e a realidade das nossas crianças, adolescentes e jovens.

Palavras-chave: Serviço Social; Políticas Públicas; Locus/UFV.

Trabajo Social y Derecho a la Educación Básica en Brasil: Un Análisis de Disertaciones y Tesis del Programa de Posgrado en Economía Doméstica de la Universidad Federal de Viçosa

Resumen

El presente artículo analiza las producciones académicas realizadas por el Programa de Posgrado en Economía Doméstica de la Universidad Federal de Viçosa (UFV), disponibles en la plataforma Locus/UFV y que datan del período 2018-2022. El objetivo final del estudio es verificar cómo las líneas de investigación de dicho programa han mostrado interés en analizar la inclusión de trabajadores sociales en la red pública de enseñanza y/o cómo estos profesionales han actuado en la oferta de una educación básica de calidad. Para alcanzar el objetivo propuesto, se realiza un análisis exploratorio y descriptivo de las disertaciones y tesis seleccionadas. Con el fin de fundamentar y orientar el análisis y la discusión de los resultados, las producciones de Minayo (2010), Iamamoto (2010), Piana (2009a), Piana (2009b), además del Estatuto del Niño y del Adolescente - ECA (Ley n° 8.069/90), de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional - LDB (Ley n° 9.394/96) y de la Ley n° 13.935/2019, que trata sobre la prestación de servicios de psicología y de trabajo social en las escuelas de la red pública de educación básica, entre otros estudios, fueron de fundamental relevancia. Los datos revelaron que las producciones en el ámbito del programa analizado no son prolíficas en la relación entre Trabajo Social y Educación Básica, a pesar de ser el primer departamento instituído en la UFV desde 2017. La escasa conexión que estos estudios tienen con el Trabajo Social se limita a algunos apuntes relacionados con la implementación de políticas públicas para combatir, quizás mitigar, la desigualdad

sociocultural y económica, que tanto impacta el rendimiento escolar y la realidad de nuestros niños, adolescentes y jóvenes.

Palabras clave: Trabajo Social; Políticas Públicas; Locus/UFV.

Social Work and the Right to Basic Education in Brazil: An Analysis of Dissertations and Theses from the Postgraduate Program in Domestic Economics at the Federal University of Viçosa

Abstract

This article analyzes the academic productions from the Postgraduate Program in Domestic Economics at the Federal University of Viçosa (UFV), available on the Locus/UFV platform, covering the period from 2018 to 2022. The study aims to examine how the research lines of this program have explored the role of social workers in the public education system and/or how these professionals have contributed to providing quality basic education. To achieve this objective, an exploratory and descriptive analysis of the selected dissertations and theses was conducted. To support and guide the analysis and discussion of the results, works by Minayo (2010), Iamamoto (2010), Piana (2009a), Piana (2009b), as well as the Statute of the Child and Adolescent - ECA (Law No. 8.069/90), the National Education Guidelines and Bases Law - LDB (Law No. 9.394/96), and Law No. 13.935/2019, which addresses the provision of psychology and social services in public basic education schools, among other studies, were of fundamental relevance. The data revealed that the productions within the analyzed program are not prolific in the relationship between Social Work and Basic Education, despite being the first department established at UFV since 2017. The limited connection of these studies with Social Work is confined to some observations related to the implementation of public policies aimed at addressing, or perhaps mitigating, the socio-cultural and economic inequalities that significantly impact school performance and the reality of our children, adolescents, and youth.

Keywords: Social Work; Public Policies; Locus/UFV.

1. Introdução

Desde a década de 90 percebe-se uma intensificação dos debates sobre o papel e importância do Serviço Social na educação, a exemplo de Backhaus (1992) e Camardelo (1994). Ao inserir o as-

sistente social nesta área de atuação, é preciso ter em mente o papel que a educação desempenha cenário nacional, como mecanismo capaz de diminuir a desigualdade e promover o acesso da população a diferentes espaços de ocupação social e econômica. No Brasil, é obrigatória a educação básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos (Brasil, 1996).

Neste contexto, o estudo das políticas sociais voltadas para a infância, adolescência e juventude desempenham um papel fundamental na construção de sociedades mais justas e igualitárias. Essas políticas visam promover o bem-estar e garantir os direitos desses grupos, reconhecendo-os como sujeitos de direito e oferecendo-lhes as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento físico, emocional e intelectual (Piana, 2009a).

Com a Constituição Federal de 1988 – a “Constituição cidadã” – espelhou muito bem este movimento ao fixar a política social como dever do Estado (Brasil, 1988). Desde então, vem sendo observado um avanço expressivo na formação ético-democrática e político-ideológica de várias profissões, dentre elas o Serviço Social¹, contribuindo assim, para a efetivação institucional das políticas sociais no país, e garantindo os direitos fundamentais dos grupos socialmente vulneráveis.

Em 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes. O ECA considera criança de 0 a 12 anos incompletos, adolescentes entre 12 e 18 anos e jovem adulto pessoas entre 18 e 21 anos. Dentre os direitos fundamentais previstos no ECA, ele estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à educação, conforme previsto no artigo 4º (Brasil, 1990). Nesse sentido, o trabalho do Assistente Social na

¹ Neste artigo, optou-se por trazer a profissão do Assistente Social tanto por fazer parte de nossa formação acadêmica, como por ter a Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa vinculada ao Departamento de Serviço Social, anteriormente Departamento de Economia Doméstica. Registra-se que o Bacharelado em Serviço Social foi criado em 2017, iniciando sua primeira turma de graduação.

educação é essencial para garantir que esse direito seja efetivado, promovendo o desenvolvimento pessoal, a inclusão social e a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Tendo em vista o exposto acima, objetiva-se neste artigo trazer um resgate da produção acadêmica realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, a fim de investigar o que existe de conhecimento com relação à atuação do profissional de Serviço Social na oferta de educação para crianças, adolescentes e jovens, com ênfase no artigo 4º do ECA e na Lei nº 13.935/2019. Espera-se ao final ter uma perspectiva sobre o andamento dos estudos neste campo, se tem sido objeto de interesse de produções acadêmicas e se as discussões têm progredido, além do mais, o presente estudo poderá oferecer suporte para futuras investigações de outros pesquisadores.

2. Metodologia

De acordo com o que se propôs, esta pesquisa é do tipo qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, sendo a base principal os trabalhos produzidos pelo Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica e encontrados através da plataforma Locus/UFV datados no período de 2018-2022², bem como os trabalhos encontrados na literatura, para construção do alicerce bibliográfico.

Considerando a obra de Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permeia diversos campos e temas, revelando uma notável aplicação nos estudos das relações sociais, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, fruto das interpretações que os atores sociais fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam. No contexto das metodologias qualitativas, a pesquisa exploratória, tem o intuito de proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, facilitando a delimitação de um tema de trabalho.

² É importante aqui destacar que o mestrado em Economia Doméstica na UFV, foi implementado em 1992 e o doutorado em 2013, no entanto, a produção das pesquisas realizadas que se encontram na Locus-UFV consta a partir de 1995. Neste artigo vamos considerar os trabalhos desenvolvidos de 2018 até 2022.

A pesquisa descritiva, por sua vez, visa observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os dados a luz dos referenciais teóricos.

Os trabalhos encontrados pela Locus/UFV foram considerados através dos títulos que contivessem os seguintes grupos de palavras: Crianças, adolescentes e jovens, Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, educação, estudantes, escola, política social, serviço social e assistente social. Posteriormente foram lidos todos os resumos a fim de identificar quais se enquadravam dentro do campo de interesse, separando e classificando os que tratavam da educação básica, a fim de em seguida verificar se abordavam de alguma forma a inserção do Serviço Social nas diferentes etapas de formação e/ou sua atuação na oferta de educação básica, e excluindo aqueles que abordavam no contexto do ensino superior ou técnico, ou que não se tratassem da educação no Brasil.

3. Aportes Teóricos

Até a década de 90 havia um verdadeiro arcabouço social no país, visto que não havia efetividade de proteção social aos nossos cidadãos, incluindo nossas crianças e adolescentes. (Perez e Passone, 2010). Entre as décadas de 30 e 80, teve início um movimento jurídico-institucional para a concretização dos direitos sociais. Como consequência deste movimento, vemos nos anos posteriores a promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996.

A CF de 1988 vem estabelecer, como um de seus fundamentos, a garantia da dignidade da pessoa humana e para tanto, estabelece os direitos – e também deveres – fundamentais dos indivíduos e do coletivo, trazendo a educação como um direito social (Brasil, 1988). O ECA, promulgado em 1990, é um marco no que tange a garantia dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, pois enfatiza como direitos fundamentais deste grupo o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito e a dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, a profissionalização e a proteção no trabalho (Brasil, 1990).

Seis anos depois, temos a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual vem somar-se ao ECA, no sentido de mais uma vez reforçar e desta vez tornar obrigatória a oferta de educação para nossos jovens. A LDB, estabelece a obrigatoriedade da educação básica dos quatro (4) aos dezessete (17) anos, atribuindo ao Estado o dever de garantir a efetivação deste direito, mediante a oferta de ensino público e gratuito, inclusive para aqueles que não concluírem na idade adequada (Brasil, 1996).

Para que esses direitos sejam efetivados, é necessário que políticas sociais sejam desenvolvidas e implementadas, bem como profissionais, a exemplo dos Assistentes Sociais, estejam presentes e atuantes nos campos de trabalho, destacando aqui o campo educacional. O Serviço Social é uma área de atuação que tem como objetivo principal a promoção do bem-estar social, por meio da garantia de direitos sociais, dessa forma, sua atuação nas políticas sociais é fundamental para as crianças e adolescentes (Iamamoto, 2010).

O assistente social pode contribuir para a promoção da equidade, bem-estar e desenvolvimento integral do estudante, através da defesa dos direitos humanos deste grupo; atuação na expansão e fortalecimento de direitos civis, sociais e políticos; promoção da inclusão e igualdade (Brasil, 2012). Somado a isto, temos ainda o caráter sigiloso da atuação deste profissional, o que contribui para a formação, fortalecimento e estreitamento de laços com os estudantes, estabelecendo uma relação de confiança, que pode auxiliar na atuação do Assistente (Brasil, 2012).

A escola é um espaço onde crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo e onde adquirem e trocam conhecimentos importantes para sua construção e desenvolvimento. Dessa forma, o Assistente Social tem grande importância no contexto educacional, uma vez que no ambiente escolar o profissional pode atuar na implementação do ECA (Mota; Almeida, 2014).

O papel do Assistente Social é atuar nas mais diversas áreas da educação, como nas escolas, universidades e outras instituições de ensino, podendo realizar um trabalho de acompanhamento dos

alunos e suas famílias, verificando a garantia de direitos prevista em lei e identificando possíveis problemas que possam estar impedindo o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes (Piana, 2009b). Além disso, o Assistente Social pode trabalhar na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação, seja na participação de fóruns de discussão, comissões ou conselhos que debatam e formulam as políticas educacionais, ou ainda, na mediação de conflitos entre alunos, professores e pais, buscando soluções que garantam o direito à educação de todo os envolvidos (Piana, op.cit).

Portanto, é fundamental trazer a discussão sobre o papel do Serviço Social na implementação das políticas sociais previstas pelo ECA, especificamente relacionada à educação, uma vez que este profissional foi inserido no contexto escolar oficialmente e de forma legal, apenas a partir de 2019, com a promulgação da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019). A referida lei estabelece que juntamente com profissionais de psicologia, o assistente social deverá atuar em parceria com a comunidade escolar na promoção de uma educação de qualidade, mediando os relacionamentos entre os diferentes atores envolvidos no processo, sempre tendo como documento norteador o projeto político-pedagógico (PPP) das escolas (Brasil, 2019).

Para o fortalecimento desta política, foi essencial a aprovação da Lei nº 14.113/20 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, também conhecida como Novo Fundeb. Nesta lei fica autorizada a utilização da parcela de 30% dos recursos do Fundeb, não subvindicada a remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, para pagamento de psicólogos ou assistentes sociais em atuação em escolas públicas, conforme estabelece a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2020).

Sem sombra de dúvidas, professores são os atores principais na política educacional, no entanto, assistentes sociais vem somar nesta política como companheiros na luta pela igualdade social e educacional, visando o cumprimento do que a LDB estabelece: igualdade de acesso e permanência na escola, gestão democrática

do ensino público, garantia de um padrão de qualidade, valorização das experiências fora da escola e conexão entre escola, trabalho e práticas sociais (Brasil, 1996).

As possibilidades de atuação do assistente social na escola são de uma ampla variedade, tendo sempre em vista a autonomia do profissional e sua criticidade, mas também os diferentes níveis e modalidades da educação básica. A educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; cabendo lembrar que na educação infantil só é obrigatória a pré-escola (Brasil, 1996). Os três níveis de ensino são de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios, dentro de seus âmbitos de atuação: a União exerce função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias; os Estados são responsáveis por assegurar o ensino fundamental e oferecer com prioridade o ensino médio; já os Municípios são responsáveis pela oferta de educação infantil em creches e pré-escolas, com prioridade para o ensino fundamental (Brasil, 1996).

Neste sentido, é importante analisar a produção de conhecimento científico, para compreender os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes em nossa sociedade e ampliar as discussões sobre a temática. A pesquisa científica é fundamental para o desenvolvimento das políticas sociais, pois permite identificar as demandas e necessidades, bem como avaliar sua efetividade, já implementadas nos mais diversos contextos. Segundo estimativas do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente em 2019, o Brasil tinha cerca de 53,7 milhões de criança e adolescentes, o que corresponde a 25,5% da população total do país (UNICEF, s.d.), o que evidencia a importância de políticas públicas voltadas para esse grupo.

O ECA é visto como um marco legal da proteção de crianças e adolescentes, pois ele estabelece a obrigação do Estado em proteger e ao mesmo tempo garantir a participação desses sujeitos na elaboração dessas políticas (Brasil, 1990). Estudos como o de Oliveira, Lima e Silva (2021), mostram que a implementação de

políticas sociais pode contribuir para a redução da violência, da exploração sexual, do trabalho infantil e da evasão escolar, bem como a promoção da educação e saúde.

Conforme Novaes, Ribeiro e Macedo (2023), cada geração vive uma condição juvenil específica do momento histórico no qual vive, e uma boa parcela da geração atual não consegue se manter distante do mundo do trabalho, ingressando no mercado de forma precoce e precária, estando desta forma em situação de risco. Esta parcela da geração atual está exposta a mecanismos de exclusão social, demandando cada vez mais políticas públicas voltadas para eles.

Na perspectiva de Pochmann (2004), mesmo entre os jovens que concluem o ciclo de educação básica e ingressam na educação superior, ainda convivem com um contexto de insegurança econômica, onde a dependência dos pais se estende devido à ausência de condições para manter-se completamente por si sós, seja porque estarem desempregados, ou porque estão em um subemprego ou porque recebem salários irrisórios. Essa passagem não completa para a fase adulta, acarreta por vezes frustração pois mesmo com nível de escolaridade superior ao de gerações anteriores, as juventudes não têm conseguido alcançar estabilidade social e muito menos econômica.

Ao fazermos um recorte social e analisarmos as juventudes em situações de pobreza, o quadro se agrava, visto que estes constantemente precisam lutar para obterem reconhecimento social, além de diariamente estarem em luta pela própria sobrevivência (Marinho, 2019). Marinho (2019) ainda aponta que o debate sobre desigualdade e exclusão social remete a períodos remotos da história do Brasil, e que na atualidade vemos apenas uma reconfiguração das manifestações e surgimento de novas vítimas destes quadros. Para nossas crianças e adolescentes, a exclusão social aparece através das dificuldades de acesso e permanência na escola, acarretando por vezes o abandono escolar e inserção precoce e de forma precária no mercado do trabalho.

Marinho (2019) sugere que as bases legais para proteção das nossas crianças e adolescentes, acabam neste cenário se mostrando ineficazes na garantia da inserção social deste grupo, que acaba sendo vítima da dificuldade de inserção no mercado de trabalho de forma digna, tendo seus direitos negados ou não reconhecidos, além de se verem afastados de seus lares afetivos neste processo de busca por reconhecimento social. Tal quadro culmina na rotulação destes jovens como estorvos a sociedade, que não contribuem para o desenvolvimento da economia ou da política, e serem vistos como ameaças ao restante da população (Marinho, 2019).

Para Almeida (2007), a atuação dos assistentes deve se dar com mais ênfase no Ensino Fundamental, por ser um nível em que os estudantes começam a lutar pelo reconhecimento social e estão mais expostos ao mundo das drogas e conseqüentemente ao narcotráfico. De acordo com o autor, é também neste momento da vida que a escola começa a perder o interesse para os estudantes e que surgem temas de saúde pública relacionados com o início da vida sexual, tais como gravidez na adolescência.

É neste contexto que a Assistência Social se mostra mais uma vez como sendo uma medida de extrema relevância a fim de assegurar que os direitos de convívio social e familiar, autonomia, acolhimento e rendimento sejam respeitados, expandindo a abordagem que focalizava apenas o indivíduo e contribuindo para a implementação de políticas públicas voltadas não apenas para o combate da pobreza, mas também para criação de medidas preventivas que impeçam a instalação deste cenário (Jaccoud, Hadjab e Rochet, 2009).

No entanto, como Almeida (2007) alerta, os problemas apontados não são de responsabilidade única de um profissional. Assim como os professores não conseguem dar conta de todas estas demandas, não cabe única e exclusivamente ao assistente social resolvê-las, mas sim enfrentá-las em conjunto com outros profissionais envolvidos no processo, a exemplo de professores, gestores, coordenadores pedagógicos, gerentes regionais de ensino e psicólogos.

O profissional de Serviço Social soma-se a esta luta ao romper com o conceito de objetividade, e se apresentar como capaz de analisar a criança e o adolescente considerando suas diversidades de vivências, formações, condições e particularidades, em resumo, a singularidade de cada um. Desta forma, sua atuação na educação básica possibilita a identificação de cenários de risco para os estudantes desde cedo, o que possibilita uma atuação mais incisiva e eficaz de acordo com a realidade de cada um e do contexto socio-cultural e econômico em que está inserido e em que estuda.

Portanto, a valorização do Serviço Social na educação não se limita ao reconhecimento da relevância de sua integração às escolas, mas também ao seu papel de destaque nos processos sociais em andamento (Almeida, 2007). É através da mediação efetuada pelo assistente social que se torna viável a construção de um outro cenário social, no qual sejam construídos, materializados e consolidados os direitos sociais de crianças e adolescentes.

4. Resultados

Foram localizadas onze pesquisas que tivessem em seu título os grupos de palavras: *Crianças, adolescentes e jovens, Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, educação, estudantes, escola, política social, serviço social e assistente social*. Após leitura do resumo dos trabalhos, foram excluídas sete pesquisas pois constatou-se que uma dissertação abordava a educação colombiana, uma com foco no trabalho docente e cinco pesquisas, entre dissertações e teses, abordavam o Serviço Social no Ensino Superior. Apenas duas teses e duas dissertações abordavam de alguma forma Serviço Social na Educação Básica, as quais foram incluídas e consideradas para análise mais detalhada. Os resultados encontrados estão reunidos no quadro abaixo, trazendo as principais informações de cada trabalho.

Quadro 1: Dados da busca realizada na Locus UFV, por título, autoria, data, método de análise e enfoque do trabalho

Título	Autoria/Ano/ Tipo de trabalho	Método utilizado na coleta de dados	Enfoque do trabalho
FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA ZONA DA MATA MINEIRA	Olher,2018(Tese)	Revisão Sistemática de teses e dissertações publicadas no período de 2000 a 2018, utilizando o Banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).	Examinar a relação entre pobreza e desenvolvimento local e em seguida examinar a relação entre a aplicação dos recursos públicos destinados à educação nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais e o seu reflexo no IDHM-Educação.
ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO ESCOLAR A PARTIR DOS ASPECTOS EVIDENCIADOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA	Melo,2018(Dissertação)	Entrevista semiestruturada em três etapas: a primeira com os familiares dos alunos, a segunda com os estudantes e a terceira com a supervisora pedagógica.	Analisar o desempenho escolar dos alunos, considerando-se a percepção das famílias, da escola e dos adolescentes.
PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES E DE SEUS RESPONSÁVEIS FAMILIARES EM UM COLÉGIO DE APLICAÇÃO FEDERAL: PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E TRAJETÓRIA FORMATIVA FORA DO CONVÍVIO FAMILIAR	Freitas,2021(Dissertação)	Entrevistas semiestruturadas com 17 estudantes que cursavam a 3ª série do Ensino Médio no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, MG e seus respectivos pais.	Analisar as percepções de estudantes adolescentes do Ensino Médio e de seus responsáveis acerca dos desafios enfrentados durante sua trajetória formativa, no contexto de afastamento de seus familiares.
GESTÃO ESCOLAR E FAMÍLIAS DOS EDUCANDOS EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL NA CIDADE DE VIÇOSA-MG	Souza,2022(-Tese)	Pesquisa através de questionário online com sete interlocutores da gestão escolar e 56 famílias de educandos	Analisar as relações entre gestão escolar e famílias dos educandos em uma escola pública da Rede Estadual de Ensino da cidade de Viçosa (MG)

Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

5. Discussão dos Resultados

Olher (2018) ressalta a importância do investimento em educação nos municípios e o impacto da educação no desenvolvimento da sociedade, sem deixar de ressaltar a relevância desta pelo fim em si própria, no sentido de promoção da autovalorização e autoconfiança da pessoa e fortalecimento das capacidades humanas. Através do estudo ficou constatado que não há ligação direta entre investimento em educação e Índice de Desenvolvimento Humano elevado, visto que gastos elevados em educação não significam eficiência no emprego da verba pública.

Os resultados apontados por Melo (2018) chamam atenção para os fatores intrínsecos e extrínsecos que interferem direta ou indiretamente no rendimento escolar dos estudantes, os quais possuem origens diversas que vão desde problemas familiares a questões individuais do desenvolvimento de cada aluno, sem deixar de mencionar o grau de vulnerabilidade social que cada jovem está inserido e que também reflete no seu desempenho. O estudo também destaca o papel crucial da parceria família-escola, em um contexto em que o engajamento dos pais na vida escolar dos filhos tem inegável impacto. Visto isso, a pesquisa de Melo evidencia a importância de a escola considerar o contexto sociocultural e econômico onde o estudante está inserido, a fim de promover práticas que favoreçam a aproximação com seu público.

Freitas (2021) evidencia a influência que os fatores tradição e círculo social podem ter nas escolhas de um jovem sobre sua formação básica, demonstrando que uma rede de apoio tanto familiar, quanto na escola e também no círculo social são cruciais para o amadurecimento e bom desempenho de um estudante. Os estudos de Freitas (2021) corroboram com os estudos de Melo (2018), ao evidenciar a influência do contexto em que o estudante está inserido e a diferença que pais engajados na vida escolar dos filhos exercem em sua trajetória estudantil. No entanto, ao contrário do estudo de Melo (2018) que mostra positivamente este aspecto, através de bons exemplos de atuação dos pais e da escola, o estudo

de Freitas (2021) mostra o impacto negativo de pais afastados do ambiente escolar e uma gestão com dificuldades de efetivamente agir democraticamente.

Por fim, Souza (2022) vai na mesma direção dos dois estudos anteriores por sinalizar mais uma vez a interferência do contexto sociocultural e econômico nas vivências, produções e desempenho dos estudantes, além de também apontar a importância da parceira família-escola para a qualidade e sucesso do ensino-aprendizagem. O estudo ainda questiona quais ações o Estado tem promovido para que haja um efetivo envolvimento das famílias no ambiente escolar e quais as estratégias que têm sido adotadas para conter ou ao menos diminuir a evasão escolar.

6. Considerações Finais

Ao analisar a oferta e atuação de assistentes sociais na rede pública de ensino, é possível identificar lacunas, propor melhorias e fortalecer o controle de proteção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Além disso, o estudo dessa política pública permite a formação de profissionais qualificados e engajados nessa área, que possam atuar de forma efetiva na formulação, implementação e avaliação de programas e ações que impactam positivamente a vida dos nossos estudantes, o que é essencial para melhoria de projetos e políticas públicas voltadas para área.

Desta forma, esta pesquisa buscou traçar um panorama geral do foco das investigações do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV. As teses e dissertações inclusas neste estudo trazem contribuições importantes para o campo do Serviço Social ao ressaltarem o impacto do engajamento dos pais no desempenho escolar dos filhos e ao apontarem a interferência que fatores intrínsecos e extrínsecos, como o meio social, produzem na trajetória dos estudantes.

Porém, constatou-se que as produções não têm investigado os efeitos que a oferta de assistentes sociais na rede pública de ensino pode proporcionar a realidade das escolas, muito menos a

atuação destes profissionais na oferta de ensino. Apesar do Departamento de Serviço Social ter sido instituído na UFV desde 2017, os estudos posteriores que entrelaçam a inserção da profissão do assistente social ainda não são tão profícuos em relação a outras temáticas de pesquisa, ressaltando a importância de desenvolver novos trabalhos neste campo, objetivando contribuir para o debate e construção de conhecimentos nesta área.

Visto isso, esperamos que este artigo sirva de embasamento e ensejo para novas pesquisas no âmbito do respectivo Programa de Pós-Graduação em questão, a fim de se ter na literatura um arcabouço teórico que sustente e direcione as ações deste profissional não só diretamente nas escolas, mas também na criação e implementação de políticas públicas que democratizem e universalizem o acesso à educação básica de qualidade.

Referências

ALMEIDA, N.L.T. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Texto elaborado para o Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007, Belo Horizonte. Mimeo, 2007.

BACKHAUS, B.B. Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.38, p.37-55, 1992.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília. ed. 10. rev. e atual.2012.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF,1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 de jun. 2023.

BRASIL, **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez.1996.

Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 04 de jun. 2023.

BRASIL, **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.935-de-11-de-dezembro-de-2019-232942408?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DLei%252013.935%25202019>>. Acesso em: 10 de jun.2023.

BRASIL, **Lei nº 14.113**, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm>. Acesso em: 24 de jun. 2023.

CAMARDELO, A.M. Estado, educação e Serviço Social: relações e mediações no cotidiano. In: **Serviço Social e sociedade**, São Paulo, n.46, p.139-162, 1994.

FREITAS, Bárbara Alberta Lehner de Freitas. **Percepções de estudantes e de seus responsáveis familiares em um colégio de aplicação federal: processo de adaptação e trajetória formativa fora do convívio familiar**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/28934/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 06 de jun.2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

JACCOUD, L.; HADJAB, P.D.E.M; ROCHET, J. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In: CASTRO, J.A.; AQUINO, L.M.C.; ANDRADE, C.C. (org.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.cap.7, p. 167-190.

MARINHO, C.H. Trajetórias juvenis e lutas por reconhecimento: quando ser jovem é um grande risco. In: COLAÇO, V.; et.al. (org.). **Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2019. Cap.10, p. 239 - 255.

MELO, Talícia Calais Vaz de. **Estudo Sobre o Desempenho Escolar A Partir Dos Aspectos Evidenciados Na Relação Família E Escola**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2018.

Disponível em: < <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27173/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 06 de jun.2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª.ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; ALMEIDA, Sílvia Carla Silva. **Serviço Social e Educação: reflexões sobre a atuação profissional na escola**. Revista Katálysis, Florianópolis, v.17, n.1, p. 106-114, 2014.

NOVAES, R.; RIBEIRO, E.; MACEDO, S. Políticas públicas de juventude? Anotações sobre processos, aprendizados e desafios. In: OLIVEIRA, V.H.N. (org.). **Debates sobre juventudes**. Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023. Cap.2, p. 17-47.

OLHER, Bruno Silva. **Família e educação: um estudo do desenvolvimento local da zona da mata mineira**. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2018. Disponível em: < <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/25846/3/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

OLIVEIRA, G. M. C.; LIMA, R. A. G.; SILVA, S.S.S. (2021). Políticas públicas para infância e adolescência: uma revisão integrativa da literatura. **Psicologia em Pesquisa**, 15 (1), 46-57. doi: 10.24879/2021001000013729.

PEREZ, J.R.; PASSONE, E.F. Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, p.649-673, 2010.

PIANA, Maria Cristina. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. In: **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a. cap.1, p. 21-56.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, p. 182-206, 2009b.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Cap. 1, p. 217 - 240.

SOUZA, Valdirene Eliane Bailon de. **Gestão escolar e famílias dos educandos em uma escola da rede estadual na cidade de Viçosa – MG**. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2022.

Disponível em: < <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/30637/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

UNICEF.s.d. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. Disponível em: <[EDUCAÇÃO & LINGUAGEM • V. 27 • N. 1 • 37-55 • JAN.-JUN. 2024
ISSN ELETRÔNICO: 2176-1043](https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil#:~:text=S%C3%A3o%2053%2C7%20milh%C3%B5es%20de,precisam%20ter%20seus%20direitos%20garantidos&text=O%20Brasil%20possui%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o,(Estimativa%20IBGE%20para%202019).> Acesso em: 10 de jun.2023.</p></div><div data-bbox=)